

COVID-19: SEUS EFEITOS SOBRE OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Lupini Toni¹

Paulo Vica²

Resumo

O presente artigo buscou descrever e identificar os efeitos da Covid-19 nos docentes do ensino superior devido à suspensão das aulas, entre 24 de Março e o mês de Setembro de 2020, quando se sabe que a actividade docente é tida, para muitos profissionais desta área, como a principal fonte de rendimento. Procurou igualmente compreender, por um lado, como os docentes se reinventaram ou se desdobraram, em alguns casos, para ultrapassar os apertos financeiros. Foi desenhada uma amostra não probabilística, intencional, com 517 inquiridos. Os resultados ora obtidos mostraram que 26,8% do corpo docente do ensino superior situam-se no intervalo dos 30 aos 34 anos, correspondendo a estes um peso maior; 40,8% dos docentes são os únicos no seu agregado familiar que trabalham; 54% do agregado familiar de um docente do ensino superior são compostos por 3 a 5 membros. Durante a suspensão das aulas, 80% destes profissionais das instituições privadas de ensino superior ficaram sem ordenado.

Palavras-chave: Covid-19; Ensino Superior; Docente.

Introdução

A Covid-19 tornou-se um dos temas mais comentados nos últimos tempos, em canais televisivos, plataformas sociais e/ou canais de rádios, por especialistas em saúde pública e não só, tendo como prioridade informar a sociedade dos perigos deste vírus ao qual estão expostas as comunidades. A pandemia da Covid-19 ganhou à atenção de todos, dado o impacto negativo que a mesma tem provocado na vida das pessoas (colectivas ou individuais), do ponto de vista económico e/ou financeiro e social. Tornou-se deste modo uma preocupação de carácter global, requerendo uma intervenção colegial e coordenada de

¹Investigador e docente universitário, especialista em Estatística. Contacto: lupinitoni505@hotmail.com

²Consultor económico, especialista em Redes Solidárias e em Engenharia Económica, investigador e docente universitário. Contacto: paulo.vica23@hotmail.com

todos os governos e o suporte das instituições internacionais, sobretudo as instituições ligadas à medicina, para que rapidamente se encontre uma vacina com 100% de imunização e que seja acessível a todos, sem excepção. Trata-se de uma luta global e não individual, para que em breve o mundo possa erradicar por completo esta pandemia e a vida nos quatro cantos da Terra regresse ao normal, fomentando-se as trocas comerciais e solidificando-se cada vez mais as relações sociais, políticas e culturais dos povos. O mundo nunca antes viverá tal situação, pelo menos com esta magnitude, à excepção da gripe espanhola, epidemia que teve lugar há mais de um século. As nações não estavam, e continuarão sem estar, preparadas para enfrentar mais uma crise de saúde pública desta dimensão, onde a limitação de circulação e de manifestação é ainda, a melhor forma de prevenção, conhecida por «isolamento social», provocando efeitos adversos na economia e não só. Nenhuma região está segura, face à necessidade de trocas comerciais entre as nações, das quais são dependentes. A Covid-19 ou, se preferirmos, a SARS-CoV-2, vírus através do qual se infectam os seres humanos, alterou por completo o estilo de vida das comunidades, instalando literalmente o distanciamento social entre os homens. E se, por um lado, a Covid-19 continua a fustigar os sistemas de saúde pública de alguns países, inclusive os que apresentam sistemas de saúde tidos como funcionais e fortes nas várias especialidades da medicina, por outro lado, as economias de todo mundos têm-se ressentindo profundamente de algumas medidas de protecção, com a limitação da circulação de pessoas, adoptadas pelos governos, trazendo como consequência a limitação do fluxo monetário para a economia. Este também foi um factor que pesou na contracção acentuada da economia global em (-3,5%) em 2020, agravando ainda mais a qualidade de vida das populações, principalmente das economias em desenvolvimento, as quais já enfrentavam outros problemas, como a fome, a malnutrição infantil, o desemprego e a exploração do trabalho das crianças, afectando milhares de pessoas. Em Angola, a realidade económica não foi diferente, observando-se no mercado de trabalho uma taxa de empregabilidade de 62,80%, referente ao último trimestre de 2020, evidenciando-se apenas um ligeiro aumento, na ordem dos 2,9%³, comparativamente com o período homólogo. O mercado de trabalho em Angola tem sido fortemente fustigado pela pandemia da Covid-19, particularmente o sector da educação, em todos os subsistemas de ensino, dada as medidas de protecção em face da situação epidemiológica do país. As actividades lectivas em todos os subsistemas de ensino foram suspensas desde o dia 24 de Março, através do Decreto

3 Dados extraídos do INE: Indicadores de Emprego e Desemprego. Inquérito de emprego em Angola, 1.^a Edição/Janeiro de 2021.

Executivo n.º02/20, de 19 de Março, tendo retomado, aproximadamente, após 150 dias de paralisação, mediante algumas adaptações em função da nova realidade, sobretudo, na questão da redução da carga horária (C.H./S) por semana, razão pela qual os docentes e os estudantes devem trabalhar. Em Angola, das 90 instituições existentes, o ensino superior é maioritariamente composto por instituições privadas (64). Logo, se compreende que o sector privado congrega a maior força de trabalho quer do pessoal docente quer do não docente neste segmento de actividade. Com a suspensão das aulas, condicionou-se o pagamento das propinas, o que terá influenciado o aumento do desemprego neste sector, sobretudo para o pessoal docente na modalidade contratual de colaboradores do sector privado, já que muitas destas instituições de ensino superior (IES) sobrevivem unicamente de propinas, a sua única fonte de financiamento. Esta situação acarretou e continua a trazer graves danos para a qualidade de vida dos docentes e dos seus familiares, principalmente os que trabalham em regime de colaboração. A ausência de rendimentos fez com que algumas IES reduzissem os salários do pessoal docente e não docente em mais de 30%; já outras tomaram medidas mais extremas, como despedimentos, suspensão de contratos logo nos primeiros meses após a suspensão das aulas, verificada em Março. Muitas destas instituições privadas, diferentes das públicas, não recebem apoios (financeiros ou materiais) do governo e muito menos foram contempladas, através de pacotes específicos, no âmbito de medidas económicas e financeiras por parte do executivo em tempo de Covid-19. Estas medidas ter-lhes-iam permitido a manutenção dos salários do pessoal, garantindo desde modo o emprego (como medidas de alívio do impacto da Covid-19 sobre as famílias) e aos docentes o contínuo exercício do ensino e aprendizagem à distância ou semipresencial. Face esta contextualização espacial e temporal, formulou-se a seguinte indagação: Como a Covid-19 afectou a vida dos docentes do ensino superior e como estes se reinventaram para continuar a garantir a sua subsistência e a de seus parentes durante o período da suspensão das actividades lectivas? Sabe-se que algumas IES reduziram de forma substancial os ordenados dos docentes e que em outros casos os suspenderam na totalidade, sendo que muitos destes têm esta actividade profissional como principal fonte de rendimento. O presente estudo revela-se pertinente, uma vez que apresenta as peripécias vividas pelos docentes angolanos, em particular do ensino superior, proporcionando a criação de subsídios para quem de direito, no sentido de preparar eventuais leis que venham a proteger os profissionais desta área.

O estudo, em sua abordagem, caracteriza-se como quantitativo, tendo-se analisado os dados estatisticamente com a intenção de descrever, interpretar e explicar melhor os fenómenos, a fim de se reduzirem as incertezas.

Além de quantitativa, a pesquisa foi de carácter descritivo, tendo “[...] como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

A recolha de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário contendo 22 perguntas (abertas e fechadas). O trabalho de campo decorreu entre os meses de Setembro de 2020 e de Março de 2021.

A população-alvo foi constituída por docentes do ensino superior, tendo partido de uma amostra com 517 professores. Destes, cerca de 97% (500) se dispuseram a responder ao questionário. Os inquiridos são docentes do ensino superior de distintas instituições – de natureza jurídica, pública, público-privada e privada –, tais como: Universidade Agostinho Neto, Universidade Independente de Angola, Universidade Técnica de Angola, Universidade Lusíada de Angola, Universidade Privada de Angola, Universidade Gregório Semedo, Universidade de Belas, Universidade Óscar Ribas, Universidade Metodista de Angola, Universidade Católica de Angola, Universidade Jean Piaget, Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola, Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola, Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude, Academia de Ciências Sociais e Tecnologia, Escola Superior Pedagógica do Bengo e Escola Superior Técnica de Ciências do Desporto.

Os dados foram armazenados e analisados em planilhas na ferramenta “SPSS”.

Foi desenhada uma amostragem não probabilística por falta de uma base de amostragem, tendo-se recorrido ao método de amostragem acidental ou de conveniência.

O total de professores do ensino superior foi aproximado a 3000, com um erro tolerável de 4%, considerando uma base de 517 docentes.

O que se sabe sobre a Covid-19?

A Covid-19 surgiu nos finais de 2019, numa das cidades da China, concretamente em Whuan. Segundo Lemos (2020), deduz-se que os primeiros casos da infecção tenham passado de animais para pessoas, porque se acredita que os vírus da família «coronavírus» afectam

principalmente animais, com um total de 40 tipos diferentes deste vírus identificados em animais e 7 em humanos⁴. O coronavírus (Cov) forma uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, desde o resfriado comum até doenças mais graves, como o coronavírus da síndrome respiratória do Médio Oriente (MERS-CoV) e aquele que causa a síndrome respiratória grave aguda (SARS-CoV). Ora, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), trata-se de um novo coronavírus: é uma nova cepa de coronavírus que não foi encontrada antes em seres humanos. Podendo ser transmitido de animais para pessoas (transmissão zoonótica). Com base em estudos extensos, divulgados pela OMS, sabe-se que o SARS-CoV foi transmitido da civeta para os humanos e que o MERS-CoV foi transmitido do dromedário para os humanos⁵. Trata-se de uma doença infecciosa causada por um novo coronavírus que provoca doenças respiratórias, servindo o 19 para indicar o ano de propagação desta doença e o prefixo *coroa*, devido à sua configuração, reflectindo uma imagem de coroa⁶. De acordo com o Centro de Telemedicina da UCS (2020), diz-se que a família dos coronavírus é conhecida desde a década de 1930, tendo sido mais estudada a partir da década 60. Entre os coronavírus conhecidos, existem quatro géneros: α -CoVs, β -CoVs, γ -CoVs, δ -CoVs⁷.

O mundo pouco ou quase nada sabe sobre este vírus. Não é em vão que vão surgindo alguns estudos contraditórios, principalmente sobre a sua transmissibilidade, fonte de contágios, período de incubação e prevenção, o que deixa a população ainda mais revoltada ou em pânico, obrigando muitas vezes alguns governos a criar medidas duras de combate à mística desta doença, como aconteceu, no caso de Angola, com o uso obrigatório de máscara em locais públicos e dentro de viaturas particulares com ou sem acompanhante, mesmo entre membros com o mesmo local de residência, alterando-se mais tarde esta medida e prevalecendo apenas a primeira condição.

A transmissão do vírus, em geral, se dá através da disseminação de gotículas e de aerossóis e em contacto com superfícies contaminadas. Gotículas são partículas geradas através da fala, de tosse ou de espirros, que atingem as vias respiratórias superiores (mucosas nasal e oral). Aerossóis são partículas menores do que as gotículas que permanecem suspensas no ar por longos períodos de tempo e que, quando inaladas, podem penetrar mais profundamente no

4 Lemos (2021).

5 OMS (2020).

6 UNICEF, para crianças 75.

7 Michelin *et al.* (2021).

tracto respiratório. Ainda segundo a UCS, alguns estudos estimam que 5% da transmissão do vírus pode ocorrer pelas fezes de pessoas infectadas, mas o risco dessa via é muito baixo (UCS-CENTRO DE TELEMEDICINA:8, 2020). O período de manifestação ou, se quisermos, de incubação junto de pessoas assintomáticas pode ir até 14 dias. Já pessoas com sintomas leves transmitem o vírus por até 21 dias, e pessoas com um quadro grave e crítico por cerca de 25 a 28 dias (*Idem, ibidem*).

O certo é que se trata de um novo vírus, cujo conhecimento é ainda limitado e bastante controverso, sendo alguns estudos contraditórios. A única forma sobre a qual os especialistas concordam nesta matéria é o método convencional de protecção primária, o «isolamento social», garantindo 100% de eficácia.

Seu impacto na economia angolana

O mundo tem tido dificuldade em conter a propagação deste vírus, revelando um despreparo total. As economias não estão preparadas para funcionarem modo de confinamento. Os modelos económicos foram pensados para uma economia aberta, permitindo a circulação de pessoas, bens e capitais. Tendo em conta as formas mais evidentes de propagação deste vírus, os governos tiveram de adoptar medidas que evitem a propagação deste surto, fechando espaços aéreos, rodoviários e marítimos como forma de não proliferação da Covid-19, como narra Vica (2020):

Angola, e particularmente a equipe de saúde, começou a desenvolver estratégias de prevenção junto dos seus aeroportos e fronteiras, com resultados positivos, e mais tarde decretou-se o estado de emergência, obrigando a encerrar a circulação com o exterior, os aéreos, marítimos e terrestres, impedindo também a circulação local – interprovincial – de pessoas por um período de quinze dias com prorrogações.

Infelizmente, tais medidas asfixiaram as economias, pois limitaram a capacidade de funcionamento das empresas, reduzindo o nível de produção, com efeitos negativos sobre o PIB. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 30 milhões de pessoas estão desocupadas, e 23 milhões terão deixado o mercado de trabalho por falta de oportunidade, isto em 2020, indicando que houve um forte aumento da taxa de desocupação, em 2,5 pontos percentuais, em relação ao ano de 2019, registando-se uma variação de 8,1%

para 10,6%. Significa isto que o número de pessoas que procuram emprego e que não o conseguem encontrar aumentou 5,4 milhões, numa cifra de 30,1 milhões⁸.

Em Angola, a situação é preocupante, dado que várias empresas, em virtude da sua incapacidade de obtenção de receitas, como é normal, não conseguem fazer frente a esta situação, o que afecta a economia e veio a revelar-se um recuo, pela quinta vez consecutiva, por sinal a mais acentuado desde o conflito civil, na ordem de 6,5%.

De acordo com Miguel (2020), “cerca de 400 empresários de pequenas e médias empresas reuniram-se [...] para analisar o impacto da Covid-19 na sua actividade e propor ao executivo medidas para garantir a sua sustentabilidade com vista a evitar mais de 4 mil desempregos. Desde o início do isolamento social, com o decretar do estado de emergência, no mês de Março de 2020, Angola registou mais de 300 mil novos desempregos e aumento da extrema pobreza”⁹. A Covid-19 afectou negativamente muitos sectores, tanto económicos como sociais.

Ensino Superior em Angola em período de confinamento

O sector do ensino tem sido fortemente fustigado pela Covid-19. Em todo o mundo, os governos foram obrigados a encerrar as instituições de ensino como medida de combate à propagação do vírus, protegendo deste modo a sua população¹⁰. Porém, as medidas adoptadas trouxeram alguns efeitos nefastos para as instituições de ensino, sobretudo as do sector privado, com reflexos na economia, não só como organização empresarial mas também como instituição, cujo objectivo primário é educar, formar e capacitar estudantes e/ou profissionais. Como consequência, a dificuldade de aprendizagem dos estudantes em tempo de confinamento por conta da Covid-19 deve-se, em certos países, ao fraco investimentos em tecnologia no sector de ensino, o que criou exclusão entre os estudantes em termos de capacidade financeira das famílias no acesso às tecnologias e à Internet. De acordo com UNICEF (2020), estima-se que cerca de 40% dos estudantes perderam a aprendizagem à distância durante o encerramento das escolas, apelando então a que estas façam investimentos urgentes para reduzir o hiato digital entre os estudantes¹¹. A UNICEF estima que, em todo o

⁸ OIT(2020).

⁹ África, Lusófona (2020).

¹⁰ Os aglomerados de pessoas nas salas de aula, igrejas, cinemas, estádios e etc., facilitam a transmissão do vírus.

¹¹ UNICEF, para crianças 75 (2020b).

mundo, cerca de 580 milhões de crianças não tiveram acesso a aprendizagem durante o período em que as escolas tiveram encerradas, e, deste número, 66 milhões são referentes à África Oriental e Austral.

Nesta matéria, até 2019 Angola contava sensivelmente com 90 instituições afectas ao ensino superior, com maior destaque para o sector privado, o que demonstra claramente o peso deste, absorvendo a maior parte da mão-de-obra, docente e não docente, assim como também de estudantes.

A Covid-19 forçou a paralisação do ensino em todos os seus subsistemas, como medida adoptada pelo executivo para proteger a sua população e conter a propagação junto das instituições de ensino superior, evitando um número maior de infectados. No dia 24 de Março, por meio do Decreto Executivo n.º02/20 de 19 Março, o governo suspendia todas as actividades lectivas. E, com a suspensão das actividades lectivas presenciais, muitas instituições do sector privado ficaram impossibilitadas de honrar os seus compromissos junto de fornecedores e de trabalhadores, já que estas instituições, na sua maioria, dependem a 100% de financiamentos provenientes das propinas. No período de Abril a Junho, as instituições foram autorizadas a cobrar entre 25% e 60% do valor da propina, mediante aulas ministradas à distância por algumas, que recorreram ao uso de dispositivos electrónicos suportados pela Internet, enquanto outras usaram métodos ortodoxos, entrega de conteúdos (fascículos, sebatas, etc.), sendo que cada instituição se adaptava de acordo a sua realidade. As aulas à distância tornavam-se quase que impossíveis de realizar, o que dificultava o processo de aprendizagem de vários estudantes, face aos reduzidos investimentos realizados por estas instituições. E, nas Instituições do Ensino Superior (IES) que com muito esforço conseguiam implementar as aulas à distância através destes dispositivos electrónicos, gerava-se grande descontentamento junto de alguns estudantes, pois promovia-se a exclusão entre os mesmos, em face da incapacidade financeira das famílias no acesso às novas tecnologias.

O certo é que as IES privadas, no país, ficavam cada vez mais limitadas do ponto de vista financeiro, entre os custos a serem suportados e as entradas de receitas, dado que estas instituições, na sua maioria, não têm outra fonte de financiamento (doações ou subvenções do governo). Se já em períodos normais se verificam grandes dificuldades financeiras, com uma cobrança de até 60%, atendendo à situação financeira de muitos estudantes ou dos seus tutores, por se encontrarem no desemprego por conta da Covid-19, a situação complicou-se ainda mais.

De acordo com Associação do Ensino Superior Privado de Angola (AIESPA), mais de 13 mil trabalhadores, docentes e não docentes ficariam no desemprego, face à crise provocada pela Covid-19 (JA, 2020). E, deste número, ainda segundo a AIESPA, há já 57 instituições (privadas e público-privadas) do ensino superior incapazes de assegurarem o posto de trabalho de 8883 docentes (Lusa, *apud* RTP, Notícias 2020).

Algumas instituições de ensino superior viram-se obrigadas a reduzir os salários dos seus colaboradores, por conta da suspensão das cobranças de propinas em todo o subsistema de ensino, Decreto Executivo Conjunto n.º 201/20, de 09 de Julho, o que afectou gravemente as suas receitas, principalmente as privadas. Como resposta para continuarem a manter os serviços mínimos exigidos, tiveram de suspender os contratos dos seus docentes na maioria dos casos, deixando milhares de professores no desemprego. No mês de Abril, verificava-se já um agravar das condições de subsistência dos docentes e dos seus dependentes.

Apresentação dos resultados

Como a classe docente do ensino superior sobreviveu, e se reinventou, enquanto durou a suspensão das aulas?

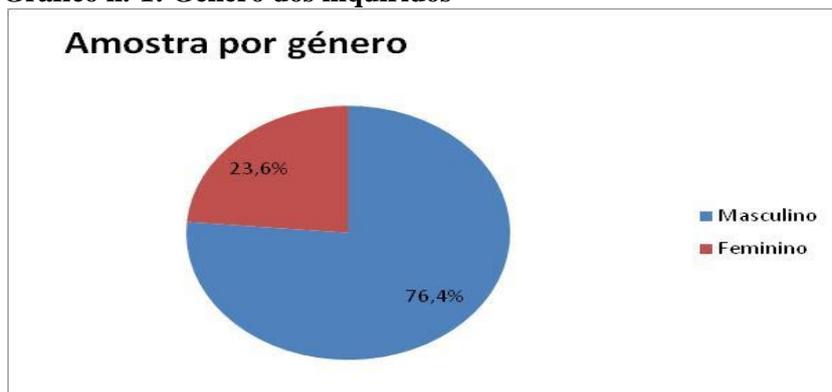
Para responder às questões levantadas, recorreu-se a aplicação de um questionário a 517 docentes, conforme explicado na metodologia, permitindo-se uma melhor apresentação dos fenómenos, sua análise e compreensão, nesta parte, o que resultou nas informações que se seguem.

Características dos inquiridos

Género:

Os dados revelaram que o ensino superior em Angola, concretamente em Luanda, é maioritariamente representado pelo género masculino, com mais de 70% dos inquiridos. Tal indica que os responsáveis dos agregados familiares que têm a docência como principal actividade profissional são do género masculino.

Gráfico n.º1: Género dos inquiridos



Fonte: Toni e Vica (2020).

Idade

O estudo revelou que mais de 25% dos docentes estão concentrados na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, o que aponta para um corpo docente universitário muito jovem, que busca afirmação e consolidação profissional no mercado de trabalho, no lar e na sociedade, a julgar pelo comportamento típico da juventude desta faixa etária. Por outro lado, 24,4% dos docentes têm mais de 50 anos. Logo se deduz que estes já tenham consolidado algumas aspirações, quer no mercado de trabalho, quer na sociedade.

Gráfico n.º 2: Idades dos inquiridos



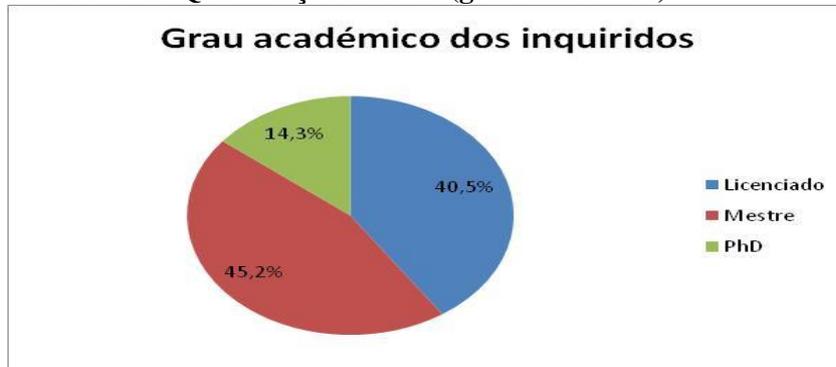
Fonte: Toni e Vica (2020).

Grau académico

Os dados dão conta que 45,2% dos docentes possuem o grau académico de mestre, o que podemos considerar suficiente para este nível, olhando para os requisitos exigidos pelo órgão de tutela. Já o grau académico de professor doutor (PhD) situou-se muito abaixo do esperado,

nesta amostragem, quando comparado com os outros graus acadêmicos (mestres e licenciados), revelando que apenas 14,3% desta amostra possuíam o grau acadêmico de doutor (PhD), ilustrando bem a natureza da qualificação do corpo docente das IES.

Gráfico n.º 3: Qualificação docente (grau acadêmico)



Fonte: Toni e Vica (2020).

Composição do agregado familiar do docente universitário

Relativamente a este indicador, o estudo constatou que mais de 50% dos inquiridos pertencem a uma estrutura familiar de 3 a 5 membros; e menos de 20% da amostra pertencem a um agregado familiar com mais de 6 membros. Estes dados demonstram claramente a grande dificuldade enfrentada por estes docentes, com o intuito de garantir a subsistência de seus familiares, quando se tem um ou mesmo dois membros que trabalham e, conseqüentemente, ambos dependem 100% das actividades de docência como suas únicas fontes de rendimento. As suas famílias foram afectadas directamente, do ponto de vista social e psicológico, mas sobretudo economicamente, com atrasos frequentes, descontos arbitrários ou a suspensão do salário.

Gráfico n.º 4: Composição do agregado familiar (docente da IES)



Fonte: Toni e Vica (2020).

Membros do agregado familiar que trabalham

Dos 500 inquiridos, o estudo indicou que 47,2% dos agregados familiares tinham até dois membros assalariados, enquanto 40,8% dos inquiridos incluíam no agregado familiar apenas um membro a trabalhar, sendo este o único financiador do sustento familiar. Trata-se de um dado bastante expressivo e preocupante, do ponto de vista social, que deve espoletar medidas protectoras de quem de direito para a classe de docentes no país. Outra reflexão possível decorre de compararmos os dois agregados de membros que trabalham ($X < 2$ e $X = 2$), verifica-se uma ligeira diferença percentual de 6,4% dos que garantem o sustento em ambos os agregados familiares. Esta reflexão conduziu-nos a quatro indagações, para as quais não obtivemos respostas precisas: (1) Será um comportamento típico dos membros da família dos docentes, dependerem unicamente deste indivíduo? (2) Será por iniciativa do próprio docente, mostrando sua capacidade financeira para sustentar a família? (3) Serão, efectivamente, as dificuldades em encontrar emprego por parte de outros membros que compõem a sua família? Ou ainda, como última indagação, mas não menos importante, (4) Será que os outros membros que compõem o seu agregado familiar são menores de idade? Infelizmente os dados são insuficientes para responder com precisão, mas vale uma reflexão sobre estas variações.

Gráfico n.º 5: Membros do agregado que trabalham



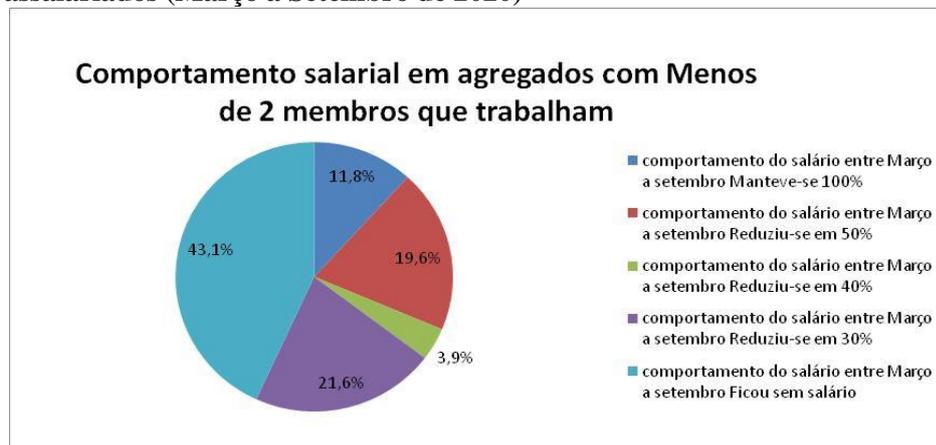
Fonte: Toni e Vica (2020).

Membros do agregado familiar que trabalham *versus* comportamento dos seus salários entre Março e Setembro (indicadores cruzados)

A repartição dos gastos pelos membros do agregado familiar é de extrema importância dada a situação acentuada de perda do poder de compra que os agentes económicos têm vindo a sentir nos últimos anos, o que torna cada vez mais necessária a existência de mais membros

activos (do ponto de vista financeiro) para fazer face a esta situação. Se analisarmos apenas a segmentação do agregado familiar com um único membro activo financeiramente, o estudo mostrou que cerca de 43,1% ficaram sem salário entre os meses mês de Março e Setembro de 2020.

Gráfico n.º 6: Comportamento salarial em agregados com menos de dois assalariados (Março a Setembro de 2020)



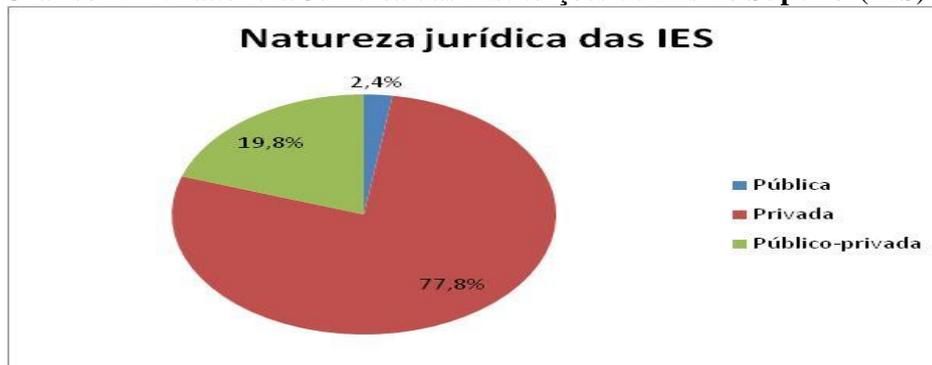
Fonte: Toni e Vica (2020).

Os dados revelam bem o drama vivido pelos familiares deste grupo de docentes na sequência das medidas adoptadas pelas IES, principalmente com a suspensão dos ordenados durante aproximadamente 150 dias de paralisação das actividades lectivas, o que forçou alguns docentes a saírem das suas zonas de conforto em busca de outras formas de sobrevivência, ou seja, alguns destes docentes se reinventarem.

Natureza jurídica das instituições do ensino superior

De acordo com a pesquisa, 77,8% dos docentes trabalham em instituições cuja natureza jurídica é privada, seguidos de 19,8% que leccionam em instituições público-privadas, e somente 2,4% dos docentes prestam serviços em instituições públicas. É uma situação devida ao tipo de amostragem não probabilística utilizada. Do ponto de vista do desempenho económico, trata-se de algo positivo, a julgar pela adopção da economia de mercado como modelo económico a perseguir pelo executivo, dando lugar às iniciativas privadas, assim como ao interesse do sector privado em contribuir no ensino e formação do Homem. Todavia, pode transformar-se numa grande preocupação quando a maioria das IES privadas tem as propinas dos estudantes como principal e única fonte de financiamento, podendo isso comprometer a qualidade da formação e o desenvolvimento de iniciativas e pesquisas científicas.

Gráfico n.º 7: Natureza Jurídica das Instituições de Ensino Superior(IES)



Fonte: Toni e Vica (2020).

Docência como uma actividade profissional principal

A amostra mostrou que cerca de 69% dos inquiridos têm a actividade de docência como profissão e, por sinal, sua principal actividade – profissional, subentendendo-se dedicação, comprometimento e zelo dos docentes no exercício desta nobre profissão, conforme indica o gráfico abaixo.

Gráfico n.º 8: Profissão principal — Docência



Fonte: Toni e Vica (2020).

Tempo de trabalho como docente de uma IES

Cerca de 40,8% dos inquiridos exercem esta actividade há mais de 10 anos, o que de certa forma encaram como uma actividade profissional tão digna e nobre quanto as outras, indicando que muitos dos docentes chegam a fazer carreira nesta actividade, apesar de alguns estereótipos financeiros associados à qualidade de vida do docente e de seus familiares, impostos pela sociedade. Ainda nesta variante, em termos de peso, ocupando a segunda

posição, têm uma representação de 30,4%, compreendendo docentes que exercem a actividade académica há 5 a 10 anos.

Gráfico n.º 9: Tempo de trabalho numa IES como docente



Fonte: Toni e Vica (2020).

Actividade principal e tempo de trabalho (indicadores cruzados)

Na tentativa de aferir a relação entre os indicadores, fez-se um cruzamento das seguintes indagações: tempo de exercício da actividade docente e importância da actividade para estes profissionais. A pesquisa revelou que 76% de docentes que têm mais de 10 anos de exercício desta actividade têm-na como principal actividade. Por outro lado, o estudo evidenciou que 41% dos docentes com menos de 5 anos de exercício desta actividade têm-na como actividade secundária, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela n.º 1: Docência como principal actividade *versus* tempo de trabalho

		docência é principal actividade		Total
		Sim	Não	
Tempo de trabalho na instituição	Menos de 5 anos	58,3%	41,7%	100,0%
	5 a 10 anos	68,4%	31,6%	100,0%
	Mais de 10 anos	76,0%	24,0%	100,0%
Total		68,5%	31,5%	100,0%

Fonte: Toni e Vica (2020).

Último ordenado recebido durante a suspensão das actividades lectivas

Em detrimento da suspensão de todas as actividades lectivas desde o dia 24 de Março de 2020 e até ao período de retoma das aulas presenciais, isto é, a 5 de Outubro, procurou-se saber qual o último ordenado recebido por estes profissionais. A pesquisa revelou que a maioria dos docentes terá recebido o último ordenado no mês de Março, o que representa 27,4% dos

inquiridos neste período. A situação ilustra bem a dificuldade vivida pelos docentes e seus familiares, em profissionais que têm esta actividade como principal profissão para garantir a subsistência de seus parentes, obrigando a uma reinvenção para fazer face a situação precária que se vivia. Já para os meses subsequentes, até Setembro, representaram um peso abaixo de 12%.

Gráfico n.º 10: Período em que recebeu último pagamento



Fonte: Toni e Vica (2020).

Comportamento salarial dos docentes *versus* Actividade principal (indicadores cruzados)

Os dados registam que o último ordenado dos docentes foi o do mês de Março, recebido em Abril, em 27,4% dos docentes. Porém, há outros resultados a destacar: 80% dos docentes que têm a actividade docente como principal fonte de rendimento ficaram sem salário; já 20% dos docentes que exercem esta actividade como alternativa ficaram sem remuneração apenas durante o período de 24 de Março a Setembro de 2020, conforme ilustra a tabela.

Tabela n.º2: Actividade docente como principal e comportamento salarial (Março a Setembro de 2020)

		docência é principal actividade		Total
		Sim	Não	
Comportamento do salário entre Março a setembro	Manteve-se 100%	43,8%	56,3%	100,0%
	Reduziu-se em 50%	77,3%	22,7%	100,0%
	Reduziu-se em 40%	57,1%	42,9%	100,0%
	Reduziu-se em 30%	63,6%	36,4%	100,0%
	Ficou sem salário	80,0%	20,0%	100,0%
Total		69,1%	30,9%	100,0%

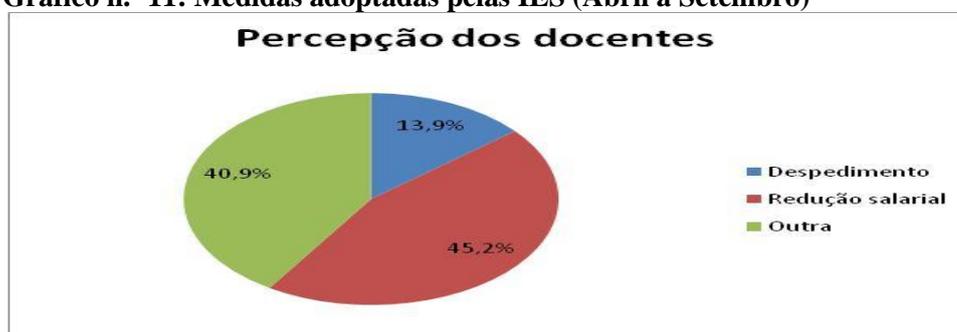
Fonte: Toni e Vica (2020).

Percepção (reacção) dos docentes sobre as medidas administrativas implementadas pelas IES em período de suspensão – parcial e total – das actividades lectivas

Em Angola, as IES são maioritariamente de natureza jurídica privada e, para além de serem privadas, têm como principal fonte de financiamento as propinas. Com a suspensão das aulas e conseqüente suspensão – parcial – dos pagamentos das propinas, as IES mergulharam numa situação financeira difícil, apresentando fluxos de caixa de tesouraria bastante debilitados, o que veio a revelar dificuldades em honrar os seus compromissos junto de fornecedores e colaboradores. E, apesar de alguma abertura de pagamento parcial¹² das propinas até 60%, algumas instituições logo suspenderam por completo os ordenados dos seus docentes e colaboradores, alegando dificuldades financeiras, quando cobravam propinas aos estudantes. Algumas chegaram a penalizar estudantes que não tinham pago os 60%. Já outras, mais comedidas, adoptaram uma redução salarial, em função das entradas de verbas, mediante as aulas oferecidas no formato digital. Nesta análise também se buscou perceber quais as medidas administrativas adoptadas pelas IES. Que percepções, em torno dos seus direitos, os docentes tiveram sobre tais medidas e como reagiram, ou que alternativas adoptaram, perante elas?

Relativamente às medidas adoptadas, o estudo indicou que 45,2% dos inquiridos tiveram uma redução salarial, e somente 13,9% dos inquiridos foram despedidos, mostrando que a medida mais adoptada pela maioria das IES foi a redução salarial, conforme espelha o gráfico.

Gráfico n.º 11: Medidas adoptadas pelas IES (Abril a Setembro)



Fonte: Toni e Vica (2020).

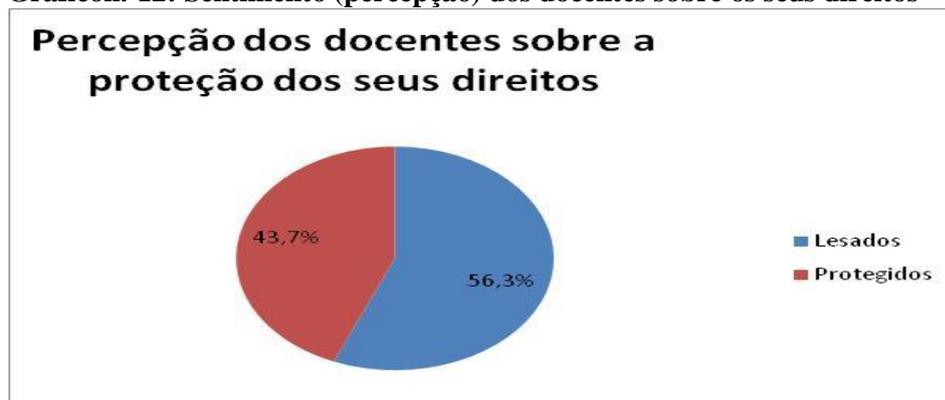
¹² Quando a IES prestassem serviços equivalentes a esta percentagem, uma situação que trouxe grandes debates entre todos os elementos da sociedade civil.

A segunda medida, designada na legenda como «Outra», representa modalidades que não constam na legenda, significando: suspensão de contratos, dispensa de pessoal operacional, redução do tempo de trabalho e suspensão das actividades, ocupando um peso de aproximadamente 41%.

Percepção dos docentes sobre a protecção dos seus direitos pelas IES

De forma geral, 56,3% dos docentes sentiram que os seus direitos não foram salvaguardados e/ou respeitados, ou seja, sentiram-se lesados; enquanto 43,7% dos inquiridos afirmaram que as medidas adoptadas pelas IES foram as passíveis de serem realizadas naquele momento de dificuldade financeira generalizada, ou seja, estes consideraram que foram protegidos e/ou respeitados os seus direitos. A maior parte dos docentes que sentiram lesados nos seus direitos pertence ao sector privado, mostrando que este segmento merece a mesma atenção por parte do executivo, pois também participa no processo educativo do país.

Gráficón.º12: Sentimento (percepção) dos docentes sobre os seus direitos



Fonte: Toni e Vica (2020).

E, na intenção de aferir melhor esta questão, ainda que tenha sido bastante discutida em círculos de docentes universitários, dada a situação precária por que muitos passavam, buscou-se cruzar duas informações de extrema importância: (1) tempo de docência; e (2) percepção dos docentes sobre as medidas administrativas adoptadas pelas IES, resultando nas seguintes informações:

- a) Para os inquiridos que tenham mais de 10 anos de docência, 42,3% informaram que os seus direitos foram respeitados e protegidos. Todavia, importa aqui realçar que, quando cruzando os dados, este grupo de docentes leccionam também em instituições públicas, como quadro efectivo desta instituição. Assim sendo, com base no

tratamento dos dados, verificámos que docentes com este tempo de trabalho ($X > 10$ anos) têm tendência para se efectivarem numa instituição pública, afim de garantirem a protecção dos seus direitos que, segundo os mesmos, o sector privado de ensino superior não garante ou não consideram que o faz;

- b) E, dos inquiridos no intervalo entre 5 a 10 anos, 35,4% consideraram que os seus direitos foram violados. Deste grupo, o estudo revelou também que leccionam somente em instituições privadas;
- c) Já o grupo de docente com menos de 5 anos de trabalho afirmou ou considerou que os seus direitos foram respeitados em 30,8%, enquanto 26,2% sentiram-se lesados nos seus direitos.

Tabela n.º3: Sentimento perante seus direitos e tempo de trabalho

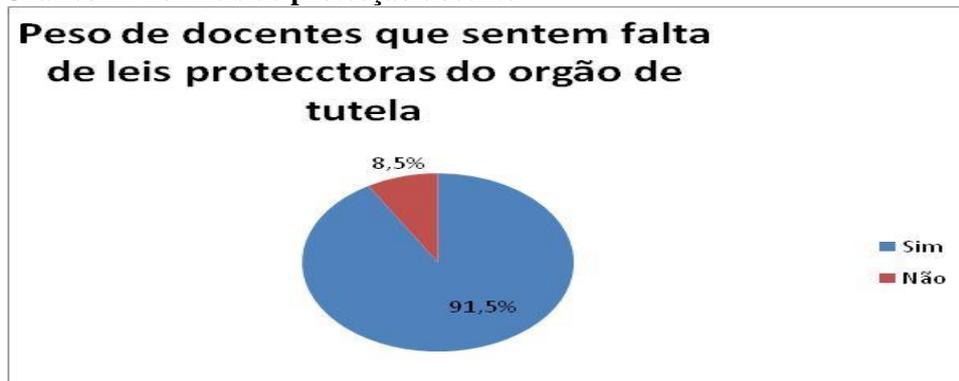
		tempo de trabalho na instituição			Total
		Menos de 5 anos	5 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Sentimentos perante os seus direitos	Lesados	26,2%	35,4%	38,5%	100,0%
	Protegidos	30,8%	26,9%	42,3%	100,0%
Total		28,2%	31,6%	40,2%	100,0%

Fonte: Toni e Vica (2020).

Com base nos dados gerais apresentados, 56,3% de insatisfação dos docentes, de forma geral, independentemente do tempo de trabalho, a pesquisa indicou que os docentes em geral sentem falta de leis mais específicas que possam protegê-los, sobretudo para os docentes com um vínculo contratual de colaborador, os vulgos “**avençados**” ou “**horistas**”.

Assim sendo, desta amostra, 91,5% dos docentes afirmaram que sentem falta de leis que protejam a classe dos docentes, e somente 8,5% consideraram que não.

Gráfico n.º 13: Leis de protecção docente

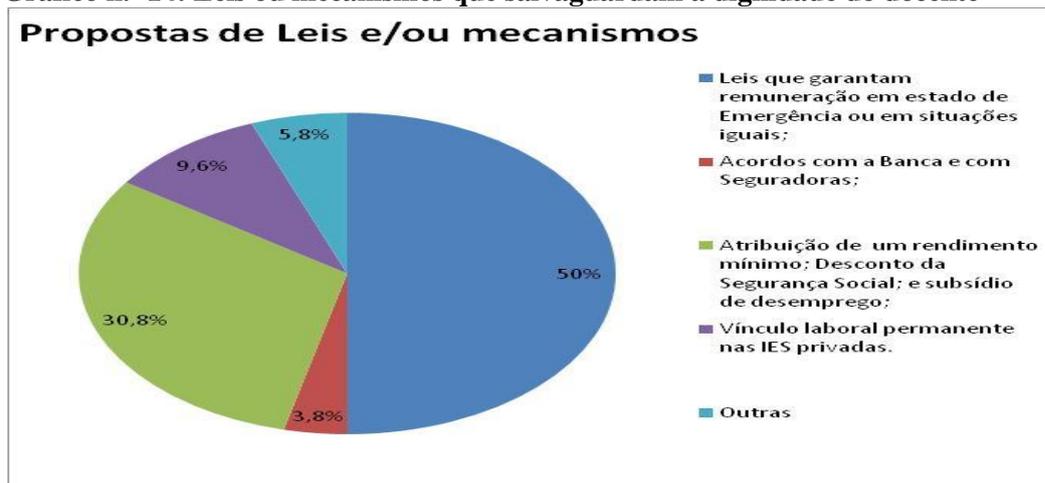


Fonte: Toni e Vica (2020).

Trata-se de um peso bastante expressivo e preocupante, quando a maioria dos docentes deste subsistema de ensino afirmam que as leis são insuficientes e que as poucas que existem não os protegem, principalmente nas instituições privadas (docentes em regime de horas/aulas ou colaborador). Urge assim promover um diálogo mais aberto, inclusivo e democrático, no sentido de encontrar consenso entre as partes (MESCTI, docentes e entidades promotoras).

Assim, os inquiridos, de forma geral, sugeriram algumas propostas de lei ou mecanismos que os possam salvaguardar não só como profissionais, enquanto docentes, mas também na sua dignidade humana. Cinquenta por cento dos inquiridos concordam com a adopção de leis que os protejam em instituições privadas, em estado de emergência ou situação similar, conforme gráfico abaixo:

Gráfico n.º 14: Leis ou mecanismos que salvaguardam a dignidade do docente



Fonte: Toni e Vica (2020).

Alternativas desenvolvidas pelos docentes que tinham apenas, o ensino privado como única fonte de rendimento – para se sustentarem a si e à família em tempo de suspensão das aulas

Salienta-se que, na região da SADC, Angola tenha sido o país com o maior tempo de aulas suspensas por conta da Covid-19, em todos os subsistemas de ensino, o que preocupou bastante a sociedade civil, trazendo à discussão, nos bastidores, uma possível anulação do ano lectivo de 2020, o que não se verificou. O certo é que, durante a suspensão das aulas, vários docentes enfrentavam dificuldades financeiras extremas, pois sem aulas não há pagamentos. Para garantirem o seu sustento e o de suas famílias, e como não existe vida sem garantia de um dos direitos fundamentais, consagrado por lei, o direito à alimentação, vários docentes tiveram de recorrer a outras práticas de sustento até então inimagináveis. Assim se constatou que 32,05% sobreviveram da ajuda familiar¹³, 19% dedicaram-se à prática do comércio (serviço de táxi e venda de água), e somente 7% dos inquiridos integrados na função pública como docentes viveram desta actividade.

Gráfico n.º 15: Alternativas adoptadas pelos docentes durante a suspensão das aulas



Fonte: Toni e Vica (2020).

Quando analisamos os dados para perceber se as actividades desenvolvidas pelos docentes representaram uma reinvenção em contexto da Covid-19, os dados indicaram que 56,8% destas actividades são tidas como recorrentes. Deduz-se que são actividades sazonais, ou seja, sempre que os docentes sentem dificuldades financeiras, como: atrasos nos pagamentos, transição de semestres ou fim do ano lectivo. Em contrapartida, 42,3% afirmaram que se trata

¹³ É importante salientar que, entre as ajudas familiares, constam empréstimos por parte dos parentes e/ou amigos, o que significa que estes docentes contraíram dívidas, que possivelmente estão a pagar até ao momento.

de uma nova actividade, forçada pela situação caótica que enfrentavam, e cerca de 0,9% dos inquiridos não souberam responder se, se tratava de uma prática recorrente ou nova.

Gráfico n.º 16: Actividades desenvolvidas pelos docentes com suspensão das aulas



Fonte: Toni e Vica (2020).

Retoma das aulas no Ensino Superior (opção dos inquiridos) – pública, pública-privada ou privada

Angola, como já referimos, foi um dos países pertencentes à região da África Austral que teve um reinício de aulas bastante tardio, após a sua suspensão, em 24 de Março. Em causa estava a situação epidemiológica do país, um assunto muito discutido e ponderado pela comissão multisectorial e outros intervenientes da sociedade civil, na busca de consenso sobre as seguintes preocupações: (1) período de pico de infecção da pandemia associado à estação climática do país; (2) adopção de um calendário lectivo possível; (3) tempo para que as instituições pudessem criar as condições de biossegurança, exigidas para a retoma das aulas. Sobre as preocupações levantadas, a comissão multisectorial dependia, fundamentalmente, do pronunciamento do Ministério da Saúde sobre o estado epidemiológico do país.

Com o anúncio da retoma das aulas, buscamos saber junto dos inquiridos se continuariam a exercer esta profissão, dada a situação pela qual muitos docentes passaram, sobretudo os que actuam apenas no sector privado. O inquérito mostrou que 87,3% dos docentes voltariam a exercer esta actividade, 0,8% afirmaram que não voltariam a exercer esta actividade e, caso voltassem, seria como actividade profissional secundária, e 11% mostraram-se indecisos, não souberam explicar os motivos da indecisão.

Dos que retomariam as aulas, ou seja, os que continuariam a exercer a actividade, 48% optariam por uma instituição pública-privada, enquanto 20,8% continuariam somente no sector privado, conforme representado no gráfico a baixo:

Gráfico n.º 17: Opção dos docentes pela retoma das aulas



Fonte: Toni e Vica (2020).

Os dados acima mostram bem o trauma vivido por muitos docentes do ensino superior, principalmente os que leccionavam unicamente nas IES privadas, sobretudo com vínculo de colaboradores, os chamados “avençados” ou “horistas”. Todavia, importa realçar que, embora algumas IES privadas dependessem das propinas dos estudantes, algumas destas IES articularam um conjunto de medidas administrativas, conforme referenciamos, que possibilitou proteger o seu corpo docente, em regime de tempo integral, mesmo não tendo suportes financeiros, no âmbito dos programas definidos na altura pelo executivo como “almofada” de protecção financeira.

Conclusão

A Covid-19, continuará por muito tempo ainda a fazer parte do nosso dia-a-dia, e, apesar dos esforços realizados nos laboratórios para sua erradicação, mediante o desenvolvimento de vacinas que garantam uma eficácia nas pessoas a 100%, o certo é que os governos e a sociedade civil devem saber tirar lições deste aprendizado, bastante duro e difícil, a julgar pelo impacto socioeconómico e psicológico que tem estado a terem todos nós. Em Angola, particularmente, a Covid-19 foi também um dos factores influenciadores do agravamento das condições socioeconómicas e financeiras do país, deixando muitos indivíduos no desemprego, a passar por situações de extrema pobreza. Muitas foram as empresas que decretaram insolvência, outras não resistiram, tiveram mesmo de fechar as suas portas. No sector de ensino superior, a situação não foi diferente. Algumas instituições encontravam-se à beira da falência, foi apenas uma questão de tempo. Caso o executivo não autorizasse o

retorno às aulas, a situação, para algumas IES chegaram ao extremo, adoptando medidas como: despedimentos dos seus colaboradores, suspensão do contrato por tempo determinado, redução salarial, suspensão das actividades etc. Que lições as IES, e em particular os docentes destas mesmas instituições, devem retirar com a situação que o mundo e o país ainda enfrentam por conta da Covid-19? Penso que concordamos que seja urgente e imperioso que as IES (públicas ou privadas) devem dinamizar a investigação científica, adoptar uma postura diferente, enquanto academia, e não se limitarem simplesmente ao ensino, mas que o complementam com outros serviços, ligados à investigação, às empresas e à sociedade em geral. Também devem pôr o conhecimento à disposição da sociedade, apresentando pesquisas que despertem o interesse de algumas empresas. As empresas necessitam de inovação, de novos produtos no mercado, porém, muitas delas estão limitadas, com as seguintes interrogações: (1) Como propor o produto aos consumidores, ou seja, que aceitação terá o produto? (2) Como reagirá o mercado ao novo produto? (3) Como ultrapassar a concorrência? Estas questões se cruzam com varias áreas – interdisciplinaridade –, desde a concepção do produto, a tecnologia adoptar, a avaliação do mercado, os recursos humanos, a análise de viabilidade económica e financeira, o impacto ambiental, a análise de contratos, etc. A par disto, o governo tem-se mostrado incapaz em resolver certos problemas que afligem a sociedade, em assuntos como: inundações, problemas de saneamento básico *versus* impacto económico, expropriação e realojamento dos munícipes, urbanização, impactos ambientais e ecológicos, a segurança cibernética das instituições públicas e privadas; adopção de serviços públicos em formatos digitais, lei sobre o comércio digital, entre outros. São muitas as áreas em que as IES podem prestar serviços, apostando nas pesquisas aplicadas. O docente do ensino superior deve ser um pesquisador, deve buscar soluções exequíveis e baratas para dar resposta aos problemas que afligem a sociedade. A Covid-19 veio reforçar esta preocupação, revelar um assunto encaixotado, a necessidade de as IES promoverem a pesquisa aplicada. Não é digno que um docente vive como um mendigo, um mero pedinte ou mesmo de venda clandestina de água. Que tipo de sociedade é esta, que permite que um mestre abandone a sua vocação, sua habilidade, de transmitir e/ou partilhar conhecimento, e adoptar outra profissão, por saber que esta actividade não poderá sustentar a família? Como aceitar isso? Como aceitar que o informalismo dá mais dignidade do que ser docente? Como a sociedade pode não se compadecer com esta situação? Saberão responder quais as possíveis tentações que estes docentes poderão passar ao retomar das aulas? Porque muitos contraíram dívidas! É preciso agir, e devemos fazê-lo agora.

Referências Bibliográficas

- África, Lusófona (2020). Angola: Covid-19 agrava crise económica e social. Artigo editado em 04/08/2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20200604-angola-covid-19-agrava-crise-e-con%C3%B3mica-e-social>
- Jornal de Angola* (2020). Professores correm risco de ficar no desemprego. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/professores-correm-risco-de-ficar-no-desemprego>
- Lemos, Marcela (2021), Como surgiu o novo coronavírus (COVID-19). Artigo de opinião, Publicado na página electrónica “Tua Saúde”. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/misterioso-virus-da-china/>
<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/economia-e-financas-artigos/872-fir-do-iea-ii-trimestre-de-2020>
- Michelin *et al.* (2021). Covid-19: perguntas e respostas. Centro de Telemedicina da UCS. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-covid19-editora.pdf>
- Ministério do Ensino Superior (2016). Anuário Estatístico do Ensino Superior. Editora Edições de Angola.
- OIT, (2020). Relatório Anual da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_764677/lang--pt/index.htm
- OMS (2020). Coronavírus. Disponível em: https://www.who.int/es/health-topics/coronavirus#tab=tab_1
- Pestana, Gageiro (2003). Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade da SPSS. Lisboa. Edições Sílabo.
- Perira, Alexandre (2008). Análise de dados para ciências sociais e psicologia. Guia prático de utilização de Spss. Edições Sílabo.
- RTP, News (2020). Associação de Ensino Superior Privado angolana anuncia 14 mil despedimentos. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/covid-19/associacao-de-ensino-superior-privado-angolana-anuncia-14-mil-despedimentos_n1246220
- UNICEF, para crianças 75. Angola. Coronavírus (Covid-19): O que os pais precisam saber como proteger a si e às suas crianças. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/covid-19-o-que-os-pais-precisam-saber>
- _____. (2020b). Mais de quinhentos milhões de crianças em idade escolar não conseguem ter acesso à aprendizagem à distância durante o encerramento das escolas, diz o novo relatório. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-quinhentos-milh%C3%B5es-de-crian%C3%A7as-em-idade-escolar-n%C3%A3o>

Vica, Paulo (2020). O impacto da Covid-19: uma reflexão sobre as medidas económicas e administrativas do Governo como almofada para aliviar a pressão financeira dos agentes económicos. Disponível em: <https://www.cinvestec.com/2020/05/17/o-impacto-da-covid-19-uma-reflexao/> Acesso a 7 de Outubro de 2020.